



VOL. 5 | N. 9 | JAN/JUN DE 2019 | ISSN 2359-4489

# MÚLTIPLOS OLHARES SOBRE POLÍTICA E RELIGIÃO

# Cenas públicas de enfrentamento político-religioso:

apontamentos de tensões entre parlamentares evangélicos e o governo de Dilma Rousseff

*Emanuel Freitas da Silva*

ORCID:

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará - UFC.

Professor Assistente de Teoria Política da Universidade Estadual do Ceará – UECE. Email: emanuel.freitas@uece.br.

**Resumo:** O artigo apresenta uma análise da presença do religioso na contemporaneidade. Para tanto, parte do conceito de “modernidade”, tal como pensando pelos principais expoentes do pensamento sociológico clássico, e da reflexão do lugar/espço do religioso nos processos de modernização. Após isso, elabora-se uma apresentação de uma das formas por excelência de presença do religioso na esfera pública brasileira recente – a representação política de religioso na Câmara Federal e no Senado, compreendendo as formas de atuação de tais parlamentares e os enfrentamentos gerados a partir de tal representação. Como *cópus* de análise, tomou-se uma série de embates entre políticos evangélicos levados a cabo durante o 1º governo de Dilma Rousseff (PT), entre os anos de 2012 e 2014, apresentando-os por meio de “cenas”.

**Palavras-chave:** Modernidade; representação política; desagendamento.

## **Public scenes of political-religious confrontation:**

---

notes of tensions between evangelical parliamentarians and the government of Dilma Rousseff

**Abstract:** The article presents an analysis of the presence of the religious in contemporary times. For that, part of the concept of "modernity", as thought by the main exponents of classical sociological thinking, and the reflection of the place / space of the religious in the processes of modernization. After this, a presentation of one of the most outstanding forms of presence of the religious in the recent Brazilian public sphere - the political representation of religious in the Federal Chamber and the Senate, including the forms of action of such parliamentarians and the confrontations generated from of such representation. As a corpus of analysis, a series of clashes between evangelical politicians carried out during the first government of Dilma Rousseff (PT) took place between the years of 2012 and 2014, presenting them through "scenes".

**Keywords:** Modernity; political representation; disagreement.

## 1 Introdução

Os resultados do Censo Demográfico 2010 mostraram o crescimento da diversidade dos grupos religiosos no Brasil, com destaque para a redução da proporção de católicos em relação à população total pesquisada (de 73,6% em 2000 para 64,6% em 2010) e o significativo e consolidado aumento do número de evangélicos das mais variadas denominações (saltando de 15,4% no Censo anterior para 22,2% no atual). Deste percentual de evangélicos, 60% declararam ser de origem pentecostal, 18,5% evangélicos de missão e 21,8% evangélicos não-determinados, o que pode ser compreendido, essa “não determinação”, por uma das novas formas de vivência da identidade religiosa, a que Hervieu-Lèger considera como religiosidade “peregrina”<sup>1</sup>.

Ao tratarmos do seguimento religioso evangélico no Brasil estamos nos referindo a um segmento social que, embora portador de uma heterogeneidade corresponde agora à marca de quase ¼ da população, alcançando uma capilaridade considerável que faz marcar sua presença nos rumos decisórios do país, seja nos processos sociais e identitários em nível geral, seja nas deliberações político-institucionais nas várias esferas do poder. Isso porque a representatividade social deste segmento (demonstrada acima por seu exponencial crescimento atestado pelo último censo), com forte atuação social e cultural, tem gerado um grande investimento na política para transformar-se em representatividade política, implicando uma politização do discurso e do espaço religiosos e uma estratégia de ocupação de cargos na esfera pública por parte de organizações e movimentos religiosos, certos de estarem dando prosseguimento à um projeto de “salvação da política” por meio da eleição de “representantes escolhidos pelo próprio Deus”<sup>2</sup>.

As transformações pelas quais a sociedade vem passando, pluralizando os estilos de vida e fazendo crescer novas demandas na sociedade civil (em especial de grupos historicamente excluídos da esfera dos direitos e das liberdades, com destaque para as minorias étnicas e sexuais) têm despertado posicionamentos contundentes de sujeitos pertencentes a instituições religiosas, buscando formas de reação àquilo que consideram ser uma “onda de destruição dos bons costumes”, revigorando valores cristãos, em especial na formulação ou reformulação de leis. Criam-se novos embates, resistências e núcleos de discussão envolvendo disputas em torno do espaço público, fazendo com que segmentos cristãos venham desempenhando um papel ativo na formação da opinião pública,

<sup>1</sup> HERVIEU-LÉGER, Danièle. **O peregrino e o convertido**: a religião em movimento. Lisboa: Difel, 2003.

<sup>2</sup> MACEDO, Edir. **Plano de poder**: Deus, os cristãos e a política. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.

influenciando fortemente a formulação de políticas e legislações federais que se referem a temas polêmicos, como os direitos das pessoas homossexuais (união civil, combate à homofobia), à legislação sobre o aborto (sua descriminalização, atendimento de mulheres em hospitais públicos), culturas indígenas, liberdade religiosa de afrodescendentes dentre outros.

A atuação política de evangélicos no Congresso Nacional se dá de forma diferenciada da dos católicos, pois aqueles têm preferido reunir-se em torno de grupos de interesse, sendo o mais forte deles a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), cujas atividades tiveram início em setembro de 2003. A eleição do pastor Marco Feliciano (PSC-SP) para a Comissão de Direitos Humanos, sem dúvida alguma, demonstrou o inevitável poder de representatividade do segmento evangélico no país e recolocou na agenda nacional a problemática em torno da laicidade do Estado. Isso porque sua atuação ali tem exposto ações de moralização da vida social a partir da suposta supremacia dos valores cristãos à toda vida social.

Assim sendo, a representação política de evangélicos, tal como vem se dando no Brasil, coloca-nos diante de uma problemática própria a um novo momento da religião, que poderíamos chamar de “modernidade religiosa”, de saída para o espaço público? Poderíamos falar de democracia representativa negando aos setores religiosos a possibilidade de verem-se representados na política?

### **Da modernidade à modernidade religiosa à brasileira**

Desde seus primórdios, a Sociologia deteve-se naquilo que se convencionou chamar de Modernidade, nos dias de hoje precisamente definida como o “estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII”<sup>3</sup> e que teria como uma de suas mais importantes “consequências” a devida separação entre esfera pública (uma invenção da Modernidade) e esfera privada; isso queria significar, dentre outras coisas, que a entrada definitiva da racionalidade e da tecnologia na vida social acarretaria uma diminuição progressiva da influência da religião na condução da vida social. Tal processo seria conhecido como “secularização”.

Como se definiria tal processo? Nas palavras de um importante estudioso do campo religioso,

Por secularização entendemos o processo por meio pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos da dominação das instituições e símbolos religiosos. Quando falamos sobre a história ocidental moderna, a secularização manifesta-se na

<sup>3</sup> GIDDENS, Ant. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.p.11.

retirada das igrejas cristãs de áreas que antes estavam sob seu controle de influência: separação da Igreja e do Estado [...]”<sup>4</sup>.

Observa-se, pois, na definição histórico-sociológica apresentada pelo autor uma identificação entre modernidade e secularização, o que significa dizer: uma autonomia das esferas sociais (política, economia, arte *etc*) frente aos imperativos do credo cristão. Teríamos, assim, três elementos que caracterizariam a relação entre Modernidade e religião (leia-se “cristianismo”): em primeiro lugar, uma diferencial dos espaços sociais, separando a religião, e a pertença a ela, do Estado, e à sua pertença; em segundo lugar, a afirmação do caráter privado da religião, tendo esta sua legitimidade no espaço da liberdade individual; por fim, uma redução social da importância da religião frente às outras formas de dominação e submissão, sendo a cidadania a mais importante e legítima delas<sup>5</sup>.

A relação traçada entre religião, modernidade e disputas sociais, presente na obra de Max Weber, é de fundamental importância para a análise que aqui empreendemos. Sabemos que, para este, o processo de modernização da sociedade ocidental indicou uma diferenciação entre cultura e sociedade que deslocaria as tradicionais imagens religiosas do mundo, chegando a uma era em que as diversas ordens de valores se defrontariam no mundo, em luta incessante. A maior dessas lutas seria da religião com as diversas esferas da vida social (econômica, cultural, estética, religiosa), não qualquer religião, mas aquelas – ou, aquelas – de “salvação”. Tais religiões, segundo Weber, apresentavam-se como menos ritualizadas e mais propensas a apresentarem ao fiel uma nova realidade, agora construída somente em torno de aspectos espirituais, fazendo aumentar assim suas tensões com o mundo anterior, pois “quanto mais as religiões tiverem sido religiões de salvação, tanto maior foi sua tensão”, de onde emergiu, segundo Weber, a desvalorização de todos os laços e compromissos pautados numa ética independente da religião e, uma vez mais, emergido o “dualismo da moral do nosso-grupo e do grupo exterior”<sup>6</sup>.

Na sociologia weberiana, pois, já observamos uma preocupação com as investidas de grupos religiosos (em especial aqueles de “salvação”, como são os cristãos evangélicos) em relação ao Estado, à sua ordenação republicana e laica, pois esta ordem acarretaria uma

<sup>4</sup> BERGER, Peter. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 1985.p.119.

<sup>5</sup> PIERUCCI, Antonio Flávio. De olho na modernidade religiosa. **Tempo Social**: Revista de Sociologia da USP, v.20, n.2, São Paulo, 2008.

<sup>6</sup> WEBER, Max. Rejeições religiosas do mundo e suas direções. In: WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973. p.377.

diminuição da importância destes em regular as diversas esferas da vida social e cultural de um povo, uma vez que

Em virtude de sua despersonalização, o Estado burocrático, sob aspectos importantes, é menos acessível à moralização substantiva do que as ordens patriarcais. [...] o fim absoluto do Estado é salvaguardar (ou modificar) a distribuição externa e interna do poder. [...] em última análise, essa finalidade deve parecer insensata a qualquer religião universalista de salvação<sup>7</sup>.

Haveria, pois, para Weber uma tensão existencial entre o Estado burocrático e as religiões de salvação no que tange à moralização das condutas sociais, desprendendo-se cada vez mais estas do domínio de qualquer moralidade particular, identitária, indo abrigar-se na concepção universalista dada por esse Estado. Por isso é que irá afirmar que “as variadas posições empíricas que as religiões históricas têm tomada frente à ação política foram determinadas pela mistura das organizações religiosas com os interesses de poder e as lutas pelo poder<sup>8</sup>. Daí, aparecem “os conflitos entre legalidades intrínsecas às diversas esferas de vida”, agora devidamente universalizadas pela ação laica e racional do Estado, e o “postulado religioso”, que ocupa-se agora em atuar fazendo “do mundo um problema”<sup>9</sup> (WEBER, 1999, p.386).

Contudo, como compreender possíveis “descontinuidades”<sup>10</sup> nessa equação produzida como enredo para a “modernidade”? Como perceber a permanência ou a reemergência da religião nas esferas das quais a Modernidade havia, pretensamente, lhe expulsado? Para respondermos a essa problemática, propomo-nos uma reflexão sobre a investida de atores religiosos evangélicos na política brasileira durante as últimas duas décadas.

### **3 Uma breve compreensão da constituição da representação política: a “bancada evangélica” no passado e no presente**

Tendo uma discreta atuação no cenário político-institucional até meados dos anos 1970, os evangélicos ganharam visibilidade durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1988, quando a maioria de seus representantes se posicionou de forma bastante alinhada nas

<sup>7</sup> WEBER, Max. Rejeições religiosas do mundo e suas direções. In: WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973. p.383.

<sup>8</sup> WEBER, Max. Rejeições religiosas do mundo e suas direções. In: WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973. p.387.

<sup>9</sup> WEBER, Max. Sociologia da Religião (tipos de relações comunitárias religiosas). In: WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1999. P.386.

<sup>10</sup> GIDDENS, Ant. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

discussões parlamentares que lá foram travadas, atuando, já ali, como uma “bancada evangélica”, uma bancada religiosa:

[...] propuseram-se as tarefas de combater, no Congresso Nacional, a descriminalização do aborto e do consumo de drogas, a união civil de homossexuais e a imoralidade, de defender a moral cristã, a família, os bons costumes, a liberdade religiosa e de culto e de demandar concessões de emissoras de rádio e tevê e de recursos públicos para suas organizações religiosas e assistenciais<sup>11</sup>.

Assim, uma vez que a religião, segundo acertada expressão de Clifford Geertz, foi “expulsa para fora” de seus tradicionais espaços para, na contemporaneidade, adentrar outros espaços sociais (sendo a política um deles, talvez o mais importante), cumpre entender o mecanismo pelo qual “ao perceber o campo político como uma arena sujeita às influências demoníacas”, onde projetos de leis e políticas públicas estavam a ser postas em ação para corrigir distorções, “foi possível instaurar-se uma verdadeira cruzada no campo político”<sup>12</sup>, fazendo surgir uma “ação política regulada pelos ‘planos de deus’ expressos na bíblia”<sup>13</sup>, planos esses que são devidamente codificados pelos “representantes de deus na terra”, os sacerdotes e pastores que dirigem as instituições religiosas e indicam-se a si mesmos ou a outros como os representantes do projeto divino no plano político. A política constituiu-se como um campo privilegiado de missão e ação religiosas, espaço por excelência da defesa dos ideais postos pela cristandade. Teriam os evangélicos descoberto a importância da luta política ou dos grupos de interesse e pressão para, de uma forma milenarista, construir o “reino de deus” na terra?

Apesar da crescente participação de evangélicos no Congresso Nacional acima mostrada, percebe-se na 53<sup>a</sup> Legislatura uma considerável queda no movimento crescente que vinha ocorrendo. Isso se deveu ao envolvimento de parlamentares evangélicos com dois escândalos de corrupção seguidos: o chamado escândalo do “mensalão”, em 2005, e o da “máfia das sanguessugas”, onde diversos parlamentares foram denunciados por suposto superfaturamento na compra de ambulâncias nos municípios brasileiros. Do total de parlamentares evangélicos então em exercício, 28 foram denunciados nesse esquema, tendo o

<sup>11</sup> FRESTON; PIERUCCI *apud* MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

<sup>12</sup> TADVALD, Marcelo. Eleitos de deus e pelo povo: os evangélicos e as eleições federais de 2010. **Debates do NER**, ano II, n.18, pp. 83-109, jul/dez., Porto Alegre, 2010. p. 84.

<sup>13</sup> CAMPOS, Leonildo Silveira. O projeto político de “governo do justo”: os recuos e avanços dos evangélicos nas eleições de 2006 e 2010 para a Câmara Federal. **Debates do NER**, ano II, n.18, pp. 39-82, jul/dez., Porto Alegre, 2010. p. 41.

Bispo Rodrigues (então no Partido da República – PR – e pastor da Igreja Universal) como um dos principais operadores do esquema.

Contudo, nas eleições parlamentares de 2010 o crescimento da bancada continuou. Foram eleitos 68 deputados federais (sendo que 3 deles figuraram entre os 10 mais bem votados do país: Anthony Garotinho, 694.796 votos, 2º colocado; Eduardo da Fonte, 330.519 votos, 7º colocado; e Bruna Furlan, 270.661 votos, 10ª colocada) e 3 senadores. Ao analisarmos a distribuição por denominação religiosa, temos o seguinte quadro: 24 da Assembleia de Deus, 11 da IURD, 11 da Batista, 5 da Presbiteriana, 4 da Evangelho Quadrangular, 3 da Igreja Internacional da Graça, 2 da Metodista e da Maranató e os demais de outras denominações, conforme dados disponíveis no DIAP (2013).

Ressaltamos que esses políticos estão filiados aos mais diversos partidos políticos, tendo inclusive dois deles (o Partido Republicano Brasileiro – PRB – criado em 2005 e ligado à IURD, e o Partido Ecológico Nacional – PEN- criado em 2012 e ligado à AD, ou seja, partidos com ligações com as duas maiores confissões religiosas representadas no Congresso Nacional) que sustentam fortemente a cosmovisão evangélica e a sua força política.

Durante o segundo turno da eleição presidencial de 2010 é que, sem dúvida, pôde-se perceber com maior visibilidade o poder de ação das lideranças religiosas. As duas campanhas em disputa (José Serra, pelo PSDB, e Dilma Rousseff, pelo PT), tiveram de reiteradas vezes assumir o compromisso de não modificar a legislação em torno da descriminalização do aborto e da união civil entre pessoas do mesmo sexo, além de terem de firmar por escrito compromissos com “o povo de deus”<sup>14</sup> (TADVALD, 2010).

No pleito de 2014, tivemos os seguintes resultados que convêm serem considerados: apesar do apregoado aumento da bancada evangélica por parte de alguns líderes religiosos (que esperavam a consagração nas urnas de 90 candidatos), esta passou de 70 parlamentares em 2010 para 72 em 2014. Apenas 3 estados (AL, MS e PB) não elegeram nenhum desses candidatos. Os que mais elegeram foram SP, RJ, MG e BA, respectivamente 13, 10, 5 e 5. Em São Paulo, com mais de 1,5 milhão de votos, Celso Russomano (PRB) levou consigo mais 7 irmãos de fé. Também ali Marco Feliciano (PSC) amealhou quase 400 mil votos. O PRB e o PSC, respectivamente ligados à Assembléia de Deus e à Igreja Universal, foram os que mais elegeram deputados: 7 e 5, respectivamente. Impressiona o fato de o PT

---

<sup>14</sup> TADVALD, Marcelo. Eleitos de deus e pelo povo: os evangélicos e as eleições federais de 2010. **Debates do NER**, ano II, n.18, pp. 83-109, jul/dez., Porto Alegre, 2010.

ter eleito mais parlamentares evangélicos (4) do que partidos mais à direita, como o PSDB (3) e o DEM (2). A Assembleia de Deus elegeu 19 candidatos e a Universal apenas 6, consagrando-se como as maiores forças dentro desse segmento. Os candidatos evangélicos ocuparam a lista dos mais votados em importantes estados (os 3 primeiros no RJ, o terceiro em SP, o segundo no AM e em PE).

Conforme Machado<sup>15</sup> (2006), a atuação política dos evangélicos é fortemente marcada pelas distinções existentes entre as diversas denominações religiosas. Há os parlamentares que têm seus mandatos acompanhados e até controlados pela igreja que os elegeu (como os da IURD), há os que assumem os mandatos e se descolam de suas bases, exercendo um mandato mais autônomo e há aqueles que, embora sendo membros de alguma denominação, conduzem o mandato tendo em vista a vida política anterior à filiação religiosa.

A atuação política de evangélicos no Congresso Nacional se dá de forma diferenciada da dos católicos, pois aqueles têm preferido reunir-se em torno de grupos de interesse, sendo o mais forte deles a **Frente Parlamentar Evangélica (FPE)**, cujas atividades tiveram início em setembro de 2003. No blog da FPE pode-se ler as prioridades postas pelos parlamentares que a compõem para a atual legislatura, as mesmas anteriormente citadas quando da participação de políticos evangélicos na Constituinte, o que permite-nos vislumbrar um *continuum* de ação política na construção de um *projeto de poder*:

Projetos como legalização do aborto, casamento entre pessoas do mesmo sexo, mudança do conceito de família, Plano Nacional de Direitos Humanos e projetos homofóbicos que criminalizam pastores e demais que ousarem protestar contra o pecado da homossexualidade são objetos de luta para não aprovação da Frente Parlamentar Evangélica.<sup>16</sup>

A partir da atuação da FPE observa-se como os religiosos atuam para atrasar a votação de projetos, retirá-los de pauta ou rejeitar os que se oporiam ao seu sistema de crenças, captando espaços de poder que antes eram de acesso, se não exclusivamente ao menos majoritariamente, de católicos. Juntando-se a estes em alguns momentos, perfazem 1/5 do Congresso Nacional. A partir de 2006, a FPE engendra fortes tomadas de posição frente aos temas que foram avançando na agenda política nacional, com novas formas de visibilidade e agenciamento público, podendo agora ser definida pelas seguintes características:

Capacidade de recolocar/reorientar temas que estão e curso no Congresso nacional; capacidade de amplificarem seus argumentos e os difundirem no meio religioso e

<sup>15</sup>MACHADO, Maria das Dores Campos. **Política e religião**: a participação dos evangélicos nas eleições. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

<sup>16</sup> << <http://frenteparlamentarevangolica.blogspot.com/> . Consultado em 08 de ago. 2013 >>

fora dele, obtendo em ambas muitas adesões; capacidade de pautar a agenda pública através da mídia e da articulação com ministérios e secretarias<sup>17</sup>.

A eleição do pastor Marco Feliciano (PSC-SP) para a Comissão de Direitos Humanos, sem dúvida alguma, demonstrou o inevitável poder de representatividade do segmento evangélico no país e recolocou na agenda nacional a problemática em torno da laicidade do Estado. Isso porque sua atuação ali tem exposto ações de moralização da vida social a partir da suposta supremacia dos valores cristãos à toda vida social, com proposições de projetos de cunho moralista que vão desde a possibilidade de atuação de psicólogos na “reorientação” sexual de homossexuais (a conhecida “cura gay”), a criminalização de pessoas que contratem serviços de prostituição, a oposição ao atendimento de mulheres pós-aborto em hospitais do SUS, a recente imposição do “estatuto do nascituro” e, nos últimos dias, o projeto de lei que dá liberdade à igrejas de vetarem pessoas homossexuais em seus cultos se lhes parecer que estas afrontam o sistema de crenças cristão. Isto sem falar na forte mobilização, em 2011, contra a distribuição do material didático de combate à homofobia pelo Ministério da Educação e contra a aprovação do PL 122, que criminaliza a homofobia. Em todos esses momentos, uma só razão para a oposição: a “afronta aos valores cristãos”.

Observamos, assim, um processo de esgarçamento dos elos seculares que definem a política moderna, tendo como consequência imediata a promoção de um grupo específico da sociedade civil de cunho religioso, autocentrado e monopolizador, enquadrando as ações estatais sob o molde do que seja “verdadeiramente cristão e moral”, dando lugar a “práticas de construção identitária que evitam os diferentes”, resultando daí o “estímulo a uma certa intolerância fundada na crítica constante do ‘outro’”<sup>18</sup> (MIRANDA, 2011, p.39), agora entro da esfera pública, no espaço de decisões políticas que deveria ser o lócus da laicidade. Vivenciamos, assim, um conservadorismo impregnado que tende a ler a estrutura social e a ação do Estado vinculadas aos valores religiosos cristãos, ganhando o cristianismo o *status* de religião privilegiada e com pleno direito de influenciar os rumos do país. Nestes termos é que “a Bíblia transformou-se na grande referência ética para pensar a sociedade e a política”<sup>19</sup>.

<sup>17</sup> LOPES, Paulo Victor Leite; VITAL, Christina. **Religião e Política**: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich, 2012. p.178.

<sup>18</sup> MIRANDA, Julia. A presença católica na esfera pública brasileira: para pensar o laicismo e o laicato. In: BURITY, Joanildo; ANDRADE, Péricles. (Org.). **Religião e cidadania**. São Cristóvão: Editora UFS, 2011. p. 39.

<sup>19</sup> MIRANDA, Julia. **Carisma, sociedade e política**: novas linguagens do religioso e do político. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Nucleo de Antropologia da Política, 1999. (*Coleção Antropologia da Política*; 6). p.14.

#### 4 Algumas “cenas” da representação política evangélica

*CENA 1:* Em maio de 2011, o Ministério da Educação, sob a chefia de Fernando Haddad, havia confeccionado cartilhas e três vídeos que tratavam da questão da homofobia a serem distribuídos em escolas públicas de ensino médio. Contudo, as lideranças evangélicas no Congresso logo trataram de nomear o kit como “kit-gay” e, sob a liderança de Jair Bolsonaro (PP-RJ) e Magno Malta (PR-ES), impediram sua distribuição sem aceitar mesmo qualquer discussão no âmbito parlamentar.

A decisão do governo Dilma de proibir o kit saiu imediatamente depois da bancada evangélica, no contexto das denúncias envolvendo o ministro da Casa Civil Antonio Palocci (suposto enriquecimento ilícito e tráfico de influência no governo), anunciar uma série de sanções contra o governo em protesto à proposta, dentre as quais destacamos: saída do ministro da Educação, que já figurava como postulante petista à Prefeitura de São Paulo; CPI para apurar denúncias de irregularidades no MEC; obstrução de todas votações do plenário (o poder de obstrução que mencionamos acima); convocação do ministro Palocci nas comissões, para dar explicações sobre as denúncias veiculadas pela mídia; convocação do Ministro Fernando Haddad, na Comissão de Educação e Cultura, para explicar as cartilhas sobre homofobia. Apesar do ministro Gilberto Carvalho (Secretaria Geral da República) negar qualquer relação da proibição do kit com a não-convocação de Palocci e Haddad, o deputado Anthony garotinho (PR-RJ) em entrevista ao portal UOL deixou clara a imbricada relação entre os dois fatos. Segundo ele,

(...) todas as decisões que tínhamos tomado ontem, obstrução, criação de CPI do MEC e a convocação do ministro Palocci, estão suspensas com o compromisso que o ministro assumiu [de suspender o kit e colocar as bancadas nas discussões sobre material sobre costumes] e não com o pedido deles". Na sessão de ontem, Garotinho já havia sugerido a ameaça: "Hoje em dia, o governo tem medo de convocar o Palocci. Temos de sair daqui e dizer que, caso o ministro da Educação não retire esse material de circulação, todos os deputados católicos e evangélicos vão assinar um documento para trazer o Palocci à Câmara, afirmou à Agência Câmara<sup>20</sup>.

*CENA 2:* Um outro desagendamento do governo pela atuação da bancada evangélica foi a campanha do Ministério da Saúde de 2012, que trazia em um dos vídeos referências a um casal homossexual, que trocava carícias em uma boate, e tratando da prevenção também entre esse público. A determinação para a retirada do vídeo do canal do Ministério da Saúde foi repassada ao Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais por pressão da bancada

<sup>20</sup> Disponível em <http://educacao.uol.com.br/noticias/2011/05/25/governo-recua-com-kit-anithomofobia-por-pressao-da-frente-parlamentar-evangelica-e-catolica.htm>. Acesso em 01/09/2017.

evangélica no Congresso. O vídeo fazia parte da campanha de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis no carnaval e era dirigido a jovens homossexuais de 18 a 24 anos, conforme lia-se nas legendas exibidas. O deputado federal Marco Feliciano postou no Twitter informação que confirmava a pressão dos evangélicos para a retirada da campanha com ênfase gay: “*Pressão Nossa —: Ministério da Saúde manda tirar do site vídeo com cena homossexual*”, escreveu o pastor. À época, a assessoria de imprensa do Ministério da Saúde divulgou comunicado informando que o vídeo foi produzido para ser veiculado em ambientes fechados e em festas, atingindo apenas ao público alvo.

*CENA 3:* Ao iniciarem-se os trabalhos da atual legislatura no senado federal, a senador paulista Marta Suplicy (PT), deixou clara sua intenção de colocar em pauta o PL 122, de autora da deputada Iara Bernardi (PT-SP). O projeto seria votado no dia 13 de maio de 2011, na Comissão de Direitos Humanos do Senado, mas a pressão da bancada evangélica fez com que a votação fosse adiada sem previsão de ser retomada. Alguns representantes da Frente Parlamentar Evangélica presentes à sessão alegaram que seria necessário realizar audiências públicas, porque o projeto não teria sido suficientemente discutido no Congresso. Contudo, o se viu foi uma campanha liderada pelo senador Magno Malta para a total obstrução do projeto e uma tentativa de derrotá-lo sem a menor chance de discussão. Para Marta Suplicy, “não ocorreu o debate mais amplo e um deputado homofóbico [referindo-se a Malta] colocou os que pretendem dialogar na boa fé em companhia constrangedora”, impedindo a discussão e a votação do projeto. Mais de um ano depois, o PLC 122 continua parado no Congresso sem que a propalada necessidade de discussão tenha sido levada a concretizar-se.

*CENA 4:* Em março de 2012 a nomeação de Eleonora Menicucci (militante feminista e defensora da mudança da legislação do aborto) para a Secretaria de Política para as Mulheres causou inconformismo no meio evangélico, que logo pôs-se em ação (patrulhou) para impedir que a mesma tomasse posse, acusando-a abertamente de “abortista” e “sodomita”. O deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) se pronunciou publicamente no *twitter*, convocando os evangélicos para o combate à nova ministra. “Não se iludam, a bancada de evangélicos se unirá para combater a abortista que nomearam ministra”, escreveu ele.

Essa posse da abortista é sintomática para todos nós e devemos mostrar de forma contundente a nossa revolta. Aborto não. Aliás, quando a gente lê várias declarações dessa nova ministra, ela está no lugar e na época errada, devia estar em Sodoma e Gomorra<sup>21</sup>.

<sup>21</sup> Disponível em <http://josiel-dias.blogspot.com.br/2012/02/bancada-evangelica-pede-demissao-de.html>. Acesso em 10/04/2018.

Percebe-se, pois, que não há elementos técnicos para a contestação da ministra escolhida, mas razões de fundo moral-cristão: ser favorável ao aborto e portar referências de sexualidade não condizentes com a doutrina (a utilização dos termos “Sodoma” e “Gomorra” é lapidar). Em sua posse, porém, Eleonora fez questão de ressaltar que o aborto deve ser tratado “como questão de saúde pública” e não com discussões morais.

*CENA 5:* A patrulha continuou com um outro ministro, Gilberto Carvalho. Em fevereiro, durante o Fórum Social de Porto Alegre, o ministro deixou clara a necessidade de o PT disputar a classe média com “setores conservadores” que disputariam-na com o PT, com destaque para as igrejas evangélicas.

E aí vem uma necessidade importantíssima de uma disputa ideológica, de uma disputa de projeto frente a esse nosso público. Que nós sabemos, quem conhece a periferia desse país, que é um público hegemonizado muitas vezes por setores conservadores. Lembro aqui, sem nenhum preconceito, o papel e a hegemonia das igrejas evangélicas, das seitas pentecostais que são a grande presença nesse meio.<sup>22</sup>

A reação da bancada evangélica veio em pronunciamento do senador Magno Malta: referindo-se ao ministro com termos como “safado”, “mentiroso”, “irresponsável”, “cara de pau”, “camaleão” e “ministro meia-boca”, o senador incitou a bancada a travar o confronto. Segundo ele, o ministro deveria “procurar sua turma”; guardando o tom de ameaça e de patrulha, indicou que no campo das igrejas não havia espaço para ele: “Não são os evangélicos que compram e vendem cocaína no Brasil!”. As declarações do senador logo exigiram uma resposta, em tom de acumamento, do governo.

Segundo noticiou-se, a presidente Dilma exigiu que Gilberto Carvalho fosse ao Congresso apresentar seus esclarecimentos com o intuito de acalmara a bancada evangélica. Do encontro houve uma exigência de que o ministro assinasse uma nota pedindo “perdão” por suas palavras, mas a nota não foi divulgada até a tessitura deste artigo. Contudo, segundo informações do “observatório político”, o governo havia proibido os ministros de externarem opiniões pessoais sobre assuntos polêmicos que pudessem “incomodar a bancada evangélica.”<sup>23</sup>

<sup>22</sup>Disponível em <http://josiasdesouza.blogosfera.uol.com.br/2012/02/15/gilberto-carvalho-pede-perdao-aos-evangelicos>. Acesso em 11/04/2018.

<sup>23</sup><http://www.observadorpolitico.org.br/voce-sabe-que-4-entre-10-parlamentares-sao-da-bancada-evangelica/>.

*CENA 6:* A nomeação de Marcelo Crivella (PRB-RJ) para o ministério da pesca. No dia da nomeação, durante o discurso, Dilma chegou a lamentar, com lágrimas nos olhos, a substituição de Luiz Sérgio (PT) por Marcelo Crivella, segundo ela para a devida “constituição de alianças políticas”, o que levaria a “prescindir de algumas pessoas no governo”. Chama a atenção o fato de Dilma ter utilizado, antes disso, a expressão “infelizmente”. Se a mídia brasileira não titubeou em aliar a escolha a um intuito de “conformar” a bancada, a mídia “religiosa” também não excluiu as razões da escolha: no número 1040 da Folha Universal, lê-se que “a escolha de Crivella reflete a importância dos evangélicos”, uma vez que este segmento tem importância de “interferência decisiva”, como ocorreu com a proibição da “distribuição do kit-gay”.

*CENA 7:* O Projeto de Lei 6583/2013, de autoria do deputado pernambucano Anderson Ferreira (PR), dispõe sobre a criação do “Estatuto da Família”. Seu objetivo maior é normatizar “direitos” e instituir “políticas públicas voltadas para a valorização e apoio da entidade familiar”. Isso porque a “família” tem sido “dilacerada” por vários lados, seja pelas “drogas”, “pelas rápidas mudanças ocorridas na sociedade” e pelas proposições de “destruição do conceito de família”. Mas, qual a definição de “família” proposta pelo “Estatuto”?

Define-se família como “o núcleo social formado a partir da união entre um **homem e uma mulher**” (grifos do autor), seja por meio de casamento ou por meio de união estável. Depois de assim definir, o “Estatuto” ainda prevê a oferta, de forma obrigatória, da disciplina “Educação para a família” nos ensinos fundamental e médio, para que tal conceito seja “aperfeiçoado”, além da criação de um “conselho da família”, com direito a um poder normatizador que não fica bem explicitado no texto do projeto.

Ao apresentar seu projeto, o deputado disse ter sido inspirado pela Constituição Federal para incluir na definição apenas a união entre um homem e uma mulher, uma vez que “formas outras de constituição não formam uma família”. Tal como na Constituição, assim está na Bíblia, afirmou o deputado.

O *site* da Câmara Federal realizou a seguinte enquete: “Você concorda com a definição de família como núcleo formado a partir da união entre homem e mulher, prevista no texto que cria o Estatuto da Família?”. De um total de 2.484.040 votos, a definição tal como a do texto do Estatuto recebeu 52,31% dos votos, ou 1.298.365. O Projeto está na Comissão de Constituição e Justiça para apreciação.

## 6 Referências Bibliográficas

BERGER, Peter. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 1985.

BURITY, Joanildo. Religião, voto e instituições políticas: notas sobre os evangélicos nas eleições 2002. In: BURITY, Joanildo; MACHADO, Maria das Dores Campos. **Os votos de deus: evangélicos, política e eleições no Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, ed. Massangana, 2006. (pp. 173-214).

CAMPOS, Leonildo Silveira. O projeto político de “governo do justo”: os recuos e avanços dos evangélicos nas eleições de 2006 e 2010 para a Câmara Federal. **Debates do NER**, ano II, n.18, pp. 39-82, jul/dez., Porto Alegre, 2010.

GIDDENS, Ant. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991

HERVIEU-LÉGER, Danièle. **O peregrino e o convertido**: a religião em movimento. Lisboa: Difel, 2003.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico de 2010**: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro, 2010.

LOPES, Paulo Victor Leite; VITAL, Christina. **Religião e Política**: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich, 2012.

MACEDO, Edir. **Plano de poder**: Deus, os cristãos e a política. Rio de Janeiro: Thomas Nelsn Brasil, 2008.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Política e religião**: a participação dos evangélicos nas eleições. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. **Carismáticos e pentecostais**: adesão religiosa na esfera familiar. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MIRANDA, Julia. A presença católica na esfera pública brasileira: para pensar o laicismo e o laicato. In: BURITY, Joanildo; ANDRADE, Péricles. (Org.). **Religião e cidadania**. São Cristóvão: Editora UFS, 2011 (pp. 35-66).

\_\_\_\_\_. **Carisma, sociedade e política**: novas linguagens do religioso e do político. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política, 1999. (*Coleção Antropologia da Política*; 6).

MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. **Novos Estudos**, n.74, pp. 47-65, São Paulo, 2006.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Os votos de deus: evangélicos, política e eleições no Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, ed. Massangana, 2006. (pp.15-27).

NATIVIDADE, Marcelo; GOMES, Edlaine; MENEZES, Rachel. Proposições de leis e valores religiosos: controvérsias no espaço público. In: NATIVIDADE, Marcelo; GOMES, Edlaine; MENEZES, Rachel; DUARTE, Luiz Fernando. **Valores religiosos e legislação no Brasil: a tramitação de projetos de lei sobre temas morais controversos**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

PIERUCCI, Antonio Flávio. De olho na modernidade religiosa. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, v.20, n.2, São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. A religião como solvente – uma aula. **Novos Estudos**, n.75, pp. 111-127, São Paulo, 2006.

TADVALD, Marcelo. Eleitos de deus e pelo povo: os evangélicos e as eleições federais de 2010. **Debates do NER**, ano II, n.18, pp. 83-109, jul/dez., Porto Alegre, 2010.

WEBER, Max. Sociologia da Religião (tipos de relações comunitárias religiosas). In: WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1999.

\_\_\_\_\_. Rejeições religiosas do mundo e suas direções. In: WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1973. (pp.371-410).